



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE/CIB – TO
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2023

19/10/2023

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, deu-se início a Nona Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2023, que ocorreu de forma presencial no Auditório da Escola de Gestão Fazendária Antônio Propício de Aguiar Franco – Egefaz, Quadra 1.212 Sul, Alameda 07, Lote 01 na cidade de Palmas no Estado do Tocantins, contando com a presença dos membros: **Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO):** Carlos Felinto Júnior/Secretário de Estado da Saúde, Andreis Vicente da Costa/Superintendente de Unidades Hospitalares Próprias, Perciliana J. B. de Carvalho/Superintendente de Vigilância em Saúde, Thalyta Mayane Carvalho Fernandes Braz/Diretora de Atenção Primária, Thaís Farias Pereira/Diretora de Assistência Especializada em Reabilitação e Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Gestão e Acompanhamento Estratégico. **Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS-TO):** Rondinelly da Silva e Souza/Secretário Municipal de Saúde de Caseara e Presidente do Cosems, Marleide Batista de Souza/Secretária Municipal de Saúde de Novo Alegre e Terceira Conselheira Fiscal Titular, Anna Crystina M. Brito Bezerra/Secretária Municipal de Saúde de Palmas - TO, Israel Leite Furtado/Secretário Municipal de Saúde de Dianópolis e Francisco Ronivon A. Silva/Secretário Municipal de Saúde de Araguaçu. A Sra. Luiza Regina Dias Noleto, Superintendente de Gestão e Acompanhamento Estratégico da SES e representando nesta plenária, o Presidente da Comissão Intergestores Bipartite, agradeceu a presença de todos e destacou que o Sr. Secretário, Carlos Felinto Júnior chegará em breve para compor a reunião, em seguida conduziu a todos com uma oração a Deus e leitura de uma palavra em Mateus 9:33-37. Adiante, passou para leitura da pauta e questionou se havia algum pedido de inclusão de pauta. O Sr. Rondinelly, Presidente do Cosems, agradeceu a Deus e todos os prefeitos e secretários que participaram da reunião. Solicitou inclusão de pauta/esclarecimento sobre os ***Item 1 de inclusão - Ofertas dos serviços de Ressonância Magnética quanto à demora na realização dos pedidos solicitados. *Item 2 de inclusão - Os atendimentos de Neuropediatrias e Urologia. Item 3 – de inclusão - Respostas dos encaminhamentos sobre o Projeto de PPI.** O presidente do Cosems pediu ainda que a ordem da pauta fosse invertida, visando atender preferencialmente esses itens inclusos por último. Proposta aceita. A reunião prosseguiu dando prioridade aos itens inclusos. ***Esclarecimento sobre as ofertas**

35 **dos serviços de Ressonância Magnética quanto à demora na realização dos pedidos**
 36 **solicitados. Expositor:** Euds Alves de Oliveira/Diretor de Atenção Especializada. Informou
 37 que houve uma conversa com a Superintendência de Unidades Hospitalares Próprias (SUHP)
 38 e observou-se a necessidade de avaliação do contrato, impossibilitando os atendimentos de
 39 Ressonância, pois poderá comprometer os atendimentos hospitalares. Disse que a solução será
 40 o credenciamento a ser publicado no mês de novembro e em dezembro haja empresa
 41 interessadas em iniciar essa prestação de serviços para o Estado. O Sr. Rondinelly disse que
 42 cobrou a oferta, pois a informação para os municípios era que os serviços estavam ativos e
 43 desconheciam onde era o problema. Informou que o que entristece é que esse processo só será
 44 iniciado a partir de novembro. Perguntou ainda se há possibilidade de informar quais
 45 municípios operacionalizaram e os que não operacionalizaram o sistema desde janeiro, o mês,
 46 quantitativo e nome do paciente. Questionou ainda se devem continuar inserindo no sistema
 47 ou não. A Sra. Ana Paula Abadia, secretária municipal de Saúde de Araguaína, disse que é
 48 necessária a inserção para gerar a demanda reprimida, não devendo deixar o paciente sem o
 49 encaminhamento, pois quando liberar a oferta, esse paciente será atendido. A Sra. Alessandra,
 50 do município de Nova Olinda disse que é importante sempre inserir em virtude dos pacientes
 51 que de demanda judicial, para que não achem que o município esteja negando o serviço. O Sr.
 52 Carlos Henrique de Conceição do Tocantins, frisou sobre a importância de inserção no
 53 sistema, até mesmo para respaldo em momento posterior. ***Informe sobre os atendimentos**
 54 **Especializados em Neuropedriatria. Expositor:** Luiza Regina informou que a Sra. Thaís,
 55 Responsável Técnica pela a área, disse que recentemente foi contratado o serviço de
 56 Neuropedriatria no CER. Informou ainda que no Hospital Geral de Palmas (HGP), de acordo
 57 com informe do Sr. Andreis, que há quatro Neuropediatras no Infantil. O Sr. Andreis,
 58 Superintendente de Unidades Hospitalares Próprias (SUHP), disse ainda que a escala ainda
 59 não foi liberada pelo SISREG e que tão logo será disponibilizada. A Sra. Anna Crystina,
 60 Secretária Municipal de Saúde de Palmas, comunicou que pela manhã, na reunião do Comitê
 61 Executivo de Saúde, foi solicitado ao Estado a apresentação de toda demanda reprimida de
 62 Neuropedriatria para avaliação e, posteriormente, ser repassado para o atendimento
 63 multiprofissional, pediu que cada município acompanhe sua demanda. Discutiu-se ainda a
 64 questão do fluxo, do protocolo a ser utilizado de como o município insere o paciente. O Sr.
 65 Andreis informou que há uma demanda reprimida de mais ou menos duas mil e trezentas
 66 crianças para atendimento e compartilhou da dificuldade de redução dessa fila com o
 67 atendimento de quatro profissionais o HGP e um no CER. Em outra situação, estão estudando
 68 soluções para a realização das cirurgias pediátricas, acordado com a justiça, onde estamos na
 69 fase de planejamento para 2024. A Sra. Thaís, Diretora de Assistência Especializada em
 70 Reabilitação, respondeu o questionamento da Sra. Anna Crystina dizendo que foi publicada

no Diário Oficial da União, na segunda-feira, a Portaria GM/MS nº. 1.526, de 11 de outubro de 2023, que Definiu novos recursos para Reabilitação, e sabendo que boa parte dessa demanda reprimida de Neuropediatria está vinculada a diagnósticos do TEA. Informou ainda que essa nova portaria pagará um valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) por mês para cada município que implantou o Núcleo de Atendimento ao Autista, onde se espera a regulamentação de funcionamentos desses núcleos. Finalizou que está à disposição aos municípios que desejam aderir. ****Esclarecimento sobre as Respostas dos encaminhamentos sobre o Projeto de PPI.** O Sr. Rondinelly, contextualizou informando que os problemas da PPI se aguçam pela questão financeira, principalmente a parte da Atenção Primária, sugeriu uma comitiva do Estado, Cosems e ATM, para o Estado de Minas Gerais onde já há uma pactuação de mesa CIB, de um aporte financeira do Estado de Minas de forma complementar em relação à Atenção Primária, com o objetivo de aprender sobre esse subfinanciamento. Em seguida, sobre a PPI, a Sra. Raniele, Diretora de Controle e Avaliação, informou que há uma atualização por meio do Planejamento Regional Integrado - PRI e disponibilizou aos municípios as fases realizadas pelo PRI. O Sr. Carlos Felinto, Secretário de Estado da Saúde e Presidente da CIB, cumprimentou a todos os presentes e disse que a Secretaria de Estado da Saúde (SES) não se opõe de forma alguma na busca de novos caminhos e oportunidades para melhoria dos resultados almejados, sejam conduzidos pelo Estado ou pelos municípios, e enxerga com louvor conhecer como esse financiamento chega e quais resultados estão alcançando. Em seguida, a Sra. Luiza Regina destacou um pedido de inclusão de pauta da Sra. Mariana, secretária de Dueré, a respeito do pagamento dos Incentivos das Cirurgias Eletivas dos Hospitais de Pequeno Porte (HPPs). Respondendo ao questionamento, a superintendente de Gestão e Acompanhamento Estratégico informou que foi dada prioridade a esses pagamentos, onde já estão empenhados e prontos para pagamento os recursos dos municípios de Araguatins, Sítio Novo, Taguatinga e Pindorama, e em via de liberação para empenho os municípios de Divinópolis, Dueré, Tocantinópolis, Peixe, Pium e Monte do Carmo, totalizando R\$3.357.661,00 (três milhões trezentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e sessenta e um reais). O Sr. Carlos Felinto destacou o compromisso feito na reunião da CIB anterior, liberando recurso de quem já executou, continuou informando que tentarão equacionar todas as dúvidas colocadas na CIB anterior. Em relação ao projeto, a intenção foi unificar as informações em reuniões técnicas com a equipe e buscar informações dos municípios, tudo dentro da legalidade e com o auxílio do setor jurídico. Sobre a regulação, informou que enquanto secretário não vê objeção nenhuma da regulação ser realizada pelos municípios, claro, observados a utilização de sistema. Ressaltou que não tem a intenção de burocratizar, mas a regulação precisa ser feito de forma correta. E que quanto possuir uma diretriz, irá apresentar em CIB. ***Esclarecimento sobre os**

107 **atendimentos de Urologia.** O Sr. Andreis, esclareceu sobre os serviços de Urologia
 108 Oncológica na região norte do Estado, informou que existem alguns perfis que não estão
 109 aparecendo no sistema, com isso estão pegando o paciente que já está em tratamento em
 110 Araguaína e estão o transferindo para a fila em outro perfil para ser atendido. Alguns perfis
 111 que precisam de tratamento específico, não estão sendo transferidos pelo especialista devido
 112 ao sistema. Informou ainda que em 2016 houve problemas no atendimento Urológico em
 113 Araguaína quem se estendeu por um longo tempo, que, após decisão judicial, especialistas de
 114 Augustinópolis eram conduzidos para prestar serviço no HRA. Hoje há cinco processos
 115 administrativos abertos para os urologistas do HRA. O fluxo é levar o paciente para
 116 Augustinópolis e depois entrar na fila de cirurgia do Dom Orione, para que não haja
 117 desassistência a população. O Sr. Rondinelly, disse que a informação que possui é que existe
 118 paciente indo e voltando de Araguaína sem o devido atendimento. Sugeriu que incluam o
 119 processo de TFD se houver condições de um atendimento adequado em Araguaína. O Sr.
 120 Andreis repetiu seu esclarecimento dizendo que essa movimentação com TFD está sendo
 121 realizada dentro do Estado e nenhum paciente ficará desassistido por haver PAD dentro da
 122 unidade. A Sra. Kaline do município de São Bento do Tocantins informou que tem um
 123 paciente com muito tempo na fila, que foi liberado para o Médico Geral, mas não resolve o
 124 problema, e fica indo e voltando com paciente quase morrendo. O Sr. Andreis solicitou o
 125 nome dos pacientes, pois se ele está indo para o pronto socorro do HRA, deve ser via e-mail e
 126 não sistema. Informou que farão uma tratativa para que venham para o HGP e solicitou os
 127 nomes dos pacientes por meio do Cosems. O Sr. Carlos Henrique, Secretário Municipal de
 128 Conceição do Tocantins, perguntou sobre os tratamentos Oftalmológicos que estavam sendo
 129 realizados em Goiânia, pois tem uma paciente que faz esse tratamento e após inserção no
 130 sistema, não foi autorizado. Informou que entrou em contato com o hospital, que informou
 131 que não estão realizando devido o fim do convênio. Essa paciente agravou seu problema que é
 132 de urgência. Solicitou orientação. O Sr. Euds informou que essa pactuação não pôde ser
 133 renovada, pois era somente àqueles que já estavam em tratamento, com isso foi efetuado o
 134 credenciamento de três profissionais que já estão atendendo. Será necessário verificar se esse
 135 procedimento está no rol dos serviços contratualizados. Solicitou o envio a área técnica. A Sr.
 136 Maiara, Secretária Municipal de Saúde de Marianópolis, disse ter uma paciente na mesma
 137 situação que já perdeu a visão e perguntou como a secretaria vai resolver esse caso, pois o
 138 serviço parou no meio do tratamento e não houve um comunicado. O Sr. Carlos Felinto
 139 destacou que há mais de três anos encerrou essa pactuação com o hospital em Goiânia, e
 140 acredita que já foi discutido em CIB e informado sobre o encerramento dessa pactuação na
 141 época. A Sra. Luiza Regina, a título de sugestão ao Sr. Euds, solicitou para a próxima reunião
 142 a lista dos procedimentos contratualizados em substituição a pactuação com Goiânia, para

143 comparar com os serviços já ofertados no Estado. Terminado os fins dos informes inclusos,
 144 deu início a leitura da pauta. **Item 01- Pactuar e aprovar a Pauta.** Pauta aprovada pela
 145 plenária. **PONTOS DE APRESENTAÇÃO E ESCLARECIMENTOS/INFORMES: Item**
 146 **02 - Informe sobre o Plano de Urgência de Região de Saúde do Capim Dourado em**
 147 **relação ao recurso financeiro da contrapartida Estadual das UPA's e SAMU do**
 148 **município de Palmas.** Solicitante: Anna Crystina Mota Brito Bezerra/Secretária Municipal
 149 de Saúde de Palmas - TO. A Sra. Anna Crystina disse que em razão de uma agenda no dia
 150 seguinte com o Sr. Carlos Felinto, irão aguardar para discutir essa demanda na reunião. **Item**
 151 **03 - Informe sobre a suspensão do pagamento da contrapartida ambulatorial no**
 152 **município de Palmas e referência.** Solicitante: Anna Crystina Mota Brito Bezerra/
 153 Secretária Municipal de Saúde de Palmas - TO. A Sra. Anna Crystina começou a sua fala
 154 solicitando a correção do texto de informe. Informou que o texto correto seria: Solicitação de
 155 esclarecimento sobre a suspensão do pagamento da contrapartida Estadual para os
 156 procedimentos que necessitam de anestesia ambulatorial no município de Palmas e
 157 Referência. Informou que Palmas é referência para 57 municípios, em seguida, informou
 158 também que esse assunto seria abordado no dia seguinte em uma reunião com o secretário
 159 Carlos Felinto e o Cosems, por esse motivo, solicitou a retirada dos dois itens da pauta. A Sra.
 160 Luiza Regina excluiu os itens 2 e 3. Prosseguiu passando a palavra a Sra. Ana Paula Abadia,
 161 secretária do município de Araguaína, que na oportunidade solicitou ao Sr. Carlos Felinto
 162 sobre o Plano de Ação da Macro Norte, pois foi passado que seria um plano único do Estado,
 163 de acordo com Kamila da Urgência e Emergência, e não um plano por região. No entanto,
 164 ligou no Ministério da Saúde e foi repassado que todos os planos do Tocantins sempre foram
 165 por região de saúde, podendo ser aditivados e consensuados em CIR e CIB ou por
 166 macrorregião ou por região de saúde. Solicitou uma reunião extraordinária para aprovação do
 167 seu projeto, gerar a resolução e inseri-la no SAIPS, pois aguarda dois anos. O Sr. Daniel
 168 Borini, Secretário Executivo de Saúde do município de Palmas, reforçou a fala da Sra. Ana
 169 Paula dizendo que fizeram o mesmo contato com o ministério, não tendo nenhum
 170 impedimento do seguimento dos planos, se há um pendente, os outros podem seguir seu
 171 cronograma normalmente para que não haja prejuízo aos municípios. O Secretário Carlos
 172 Felinto disse não ter objeção quanto à aprovação dos planos e pediu uma extraordinária para
 173 aprovação do plano da região de saúde Capim Dourada. A Sra. Kamila, Gerente da Urgência
 174 e Emergência, lembrou que o plano está ligado ao Plano Estadual de Saúde - PES de 2024 a
 175 2027, que as decisões a serem tomadas para a região de saúde Capim Dourado influenciam na
 176 Macro Norte. A Sra. Luiza Regina destacou que como encaminhamento de que vamos dar
 177 andamento para pactuar os planos das regiões de saúde que já foram consensuadas e a região
 178 de Palmas para um segundo momento. O Sr. Carlos Felinto destacou a presença do Deputado

179 Estadual, o Sr. Jair Farias. O Sr. Rondinelly perguntou quanto à aprovação dos demais planos
 180 e sugeriu uma agenda CIB Extra para a próxima segunda ou terça. A Sra. Luiza disse que
 181 esses planos que são compostos pela região de saúde foram amplamente debatido em várias
 182 reuniões do Grupo Condutor - GT da rede, não havendo dificuldades de deslocamentos para
 183 realização dessas pactuações de forma eu uma região prejudique a outra. **PONTOS DE**
 184 **PAUTA PARA PACTUAÇÃO E APROVAÇÃO: Item 04 - Pactuar e aprovar o**
 185 **Programa Estadual de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à**
 186 **Saúde (PEPCIRAS) 2024 a 2027. Solicitante:** Crislane Maria Bastos da Silva/Diretora de
 187 Vigilância Sanitária. **Expositor:** Rosa Virgínia Carneiro Duarte/Coordenadora da CECIRAS.
 188 A Sra. Rosa destacou o Programa Estadual de Prevenção e Controle de Infecções relacionadas
 189 à Assistência à Saúde (IRAS) e Resistência Microbiana (RM) 2024 a 2027 – PEPCIRAS, e
 190 disse que de acordo com a ANVISA, 1 a cada 4 pacientes estão sujeitos a Evento Adverso
 191 enquanto recebem cuidados hospitalares e segundo OMS, ocorrem 2,6 milhões de
 192 mortes/ANO em decorrência das IRAS (Infecções Relacionadas à Assistência a Saúde). Do
 193 total de Notificações registradas, 71,6% são por IRAS - TO no período 2015-2022 e 74
 194 Unidades Hospitalares do estado cadastradas no CNES com um total de 3.129 leitos. Disse
 195 ainda que o objetivo é reduzir a Incidência de IRAS e de RM nas Unidades Hospitalares do
 196 Estado do Tocantins por meio de ações de prevenção e controle de infecções baseadas em
 197 evidências. Divisões dos objetivos: Objetivo 1: Fomentar a implantação do PEPCIRAS na
 198 Rede Hospitalar; Objetivo 2: Aprimorar o Sistema Estadual de Vigilância Epidemiológica das
 199 IRAS e da RM; Objetivo 3: Monitoramento e avaliação; Objetivo 4: Reduzir a incidência das
 200 IRAS prioritárias; Objetivo 5: Monitorar o controle da disseminação de microrganismos
 201 multirresistentes prioritários; Objetivo 6: Monitorar a notificação do indicador de preparação
 202 alcoólica e sabonete líquido utilizado para a higiene das mãos. Destacou ainda a base legal:
 203 Lei nº 9431, de 6 de janeiro de 1997 – Trata de obrigatoriedade da manutenção de Programa
 204 de Controle de Infecções Hospitalar pelos hospitais do país; Portaria nº 2616, de 12 de maio
 205 de 1998 – Trata da Normatização da CCIH; Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 – Trata de
 206 atos emanados, configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções
 207 respectivas, e dá outras providências. Ao final disponibilizou o Contato: Rosa Virgínia C.
 208 Duarte - Tel.: (63) 3218-3259 / E-mail: ccih.visa.to@gmail.com e se colocou a disposição. A
 209 Sra. Perciliana complementou sobre o plano que envolve a CCIH e como a Vigilância
 210 Sanitária é quem regula todo o serviço público e privado que é oferecido a população, foram
 211 serviços categorizados para iniciar a implantação e implementação na Rede. Nesse momento
 212 não será obrigatório, não será cobrado de forma regulamentada para os HPP's, que entrarão
 213 posteriormente. Se faz necessário que cada município que possua HPP se adequem ao RDC.
 214 Perguntou se sabiam o porquê parede de Centro Cirúrgico não pode ter canto, não pode ter

azulejo, reajunte distante. Alguns responderam e Perciliana disse que são espaços para proliferação de bactéria que são transmitidas a pacientes, sendo as mãos, a área de maior proliferação de bactérias. Será uma das diretrizes que serão monitoradas. Item pactuado pela plenária. **Item 05 - Pactuar e aprovar o Incentivo Estadual à Atenção em Oftalmologia – Projeto Piloto na Região de Saúde do Cantão – incentivo financeiro de custeio de Recursos do Tesouro Estadual para quatro municípios da Região de Saúde Cantão para atendimentos de sua população e complementarmente da população referenciada de municípios de sua Região de Saúde: I – Município de Araguacema – Polo I; II – Município de Cristalândia – Polo II; III – Município Divinópolis – Polo III; IV – Município de Marianópolis – Polo IV, no valor total de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), sendo R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) para cada município.**

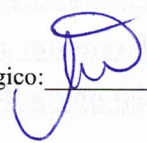
Solicitante: Carlos Felinto Júnior/Secretário de Estado da Saúde (SES-TO). A Sra. Luiza Regina, Superintendente de Gestão e Acompanhamento Estratégico destacou a Pactuação de Incentivo Estadual à Atenção em Oftalmologia - Projeto Piloto para os municípios de Pequeno Porte da Região de Saúde do Cantão que tem como objetivo responder às necessidades de cuidados oftalmológicos de 60% da população residente em 14 municípios da Região de Saúde Cantão por meio do repasse de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) de custeio do Tesouro Estadual para quatro Municípios Polos na Região. O Escopo são consultas, exames e procedimentos cirúrgicos - Consultas para realização de refração e diagnóstico, exames pré-operatórios para cirurgias, cirurgias de Catarata, Pterígio e Vitrectomia. Incentivo Custeio: Polo I – Araguacema: R\$750 (setecentos e cinquenta mil reais); Polo II – Cristalândia: R\$750 (setecentos e cinquenta mil reais); Polo III – Divinópolis: R\$750 (setecentos e cinquenta mil reais); Polo IV – Marianópolis: R\$750 (setecentos e cinquenta mil reais) - Parcela única/Portaria fundo a fundo. O prazo de execução será a partir do desembolso até 31 de dezembro de 2024 e poderá ser prorrogado por portaria do Secretário Estadual da Saúde. Todos os Polos terão 640 Consultas contemplando os exames; 100 cirurgias de Facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável; 150 para Tratamento cirúrgico de Pterígio; e 14 para Vitrectomia anterior. Impacto do incentivo: atendimento de 17,30% da necessidade de consultas oftalmológica na Região do Cantão. As obrigações da Secretaria de Estado da Saúde é Monitorar e avaliar as ações realizadas pelos municípios Polo, cabendo-lhe: fiscalizar o cumprimento das obrigações dos municípios habilitados a receber o incentivo do recurso do tesouro estadual para atenção oftalmológica; revisar os tipos de procedimentos cirúrgicos incentivados de acordo com critérios técnicos e indicadores epidemiológicos. A Sra. Ana Paula, perguntou se o recurso é Fundo Estadual e disse que os municípios de Araguaína, Palmas, Porto Nacional e Gurupi existe um projeto de Oftalmologia de 2016, onde só foi efetuado remanejamento MAC, atendendo 64 municípios,

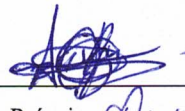
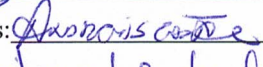
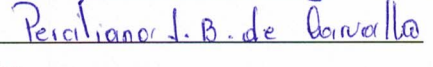
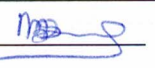
251 toda região Macronorte, recebendo um valor de R\$146.000,00 (cento e quarenta e seis mil
 252 reais) mês, não havendo nenhuma contrapartida estadual. No município de Araguaína há uma
 253 demanda reprimida de 369 paciente oftalmológicos aguardando a primeira consulta, sem
 254 contar a fila para cirurgia. O que irão fazer com os outros municípios e esse projeto de 2016.
 255 Perguntou ainda qual foi o critério para escolha dessa região. O Sr. Isaias Piagen, Prefeito de
 256 Marianópolis, cumprimentou a todos e disse da alegria devido a criação do projeto de
 257 cirurgias eletivas. Explicou que essa é a única forma de atender o Consórcio de Saúde em sua
 258 região, pois não possuem legislação específica que o atendam, e que esse projeto vai abrir
 259 espaço para que os outros municípios sejam atendidos por projetos similares. O Sr. Jair Farias,
 260 Deputado Estadual, cumprimentou a todos e destacou a dificuldade em ser Secretário
 261 Municipal de Saúde e disse da gratidão pela parceria com o Governo do Estado. A Sra. Luiza
 262 Regina contextualizou sobre a descentralização dos procedimentos Oftalmológicos para
 263 Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Palmas e sabe-se que a verba federal é insuficiente para
 264 atender as necessidades. Como as emendas são enviadas pelo Teto Mac e os municípios
 265 possuem faturamento muito baixo ou não possuem, em sua grande maioria, foi efetuado um
 266 acordo para que esse recurso possa ser gerido pelo Estado e posteriormente repassado ao
 267 Consórcio Vale do Araguaia. O Sr. Rondinelly, Presidente do Cosems, parabenizou todos os
 268 envolvidos pelo projeto e o Consórcio de Saúde. Destacou a parceria dos deputados estaduais
 269 e o Senador Eduardo Gomes, assim como a SES que está organizando para que esse recurso
 270 chegue ao Consórcio. Disse ainda que tudo isso surgiu devido uma visita técnica feita pelo
 271 Cosems as regiões de saúde de Minas Gerais, onde se buscou conhecer todo o funcionamento
 272 e co-financiamento de cada projeto, que logo veio a ser implantado no Estado por meio do
 273 Consórcio Vale do Araguaia. O Sr. Carlos Felinto destacou a falas e pediu uma atenção a
 274 questão da Regulação desse projeto, pois a intenção do Estado é que os municípios realizem
 275 a regulação dos procedimentos, que só acontecerá se for possível, após análise técnica e de
 276 sistema. A Sra. Disléia, Secretária de Saúde de Divinópolis, disse não ver dificuldades na
 277 prestação de contas, mas sim na mudança dos critérios sem pactuação em CIB e pediu
 278 unificação nas falas, onde é necessário que o Estado peça as documentações necessárias antes
 279 dos procedimentos e não após, ressaltou que Divinópolis está sendo cobrada sobre a prestação
 280 de contas do PEICE mesmo sem estar recebendo, então quer um alinhamento. O Sr. Israel,
 281 Secretário Municipal de Saúde de Dianópolis, parabenizou ao Consórcio e disse que a região
 282 Sudeste do Estado passa por um retrocesso, pois ainda não houve essa articulação entre os
 283 prefeitos. Informou que o cenário é de negativa de serviços de Oftalmologia e há uma fala que
 284 acabará a parceria do Estado com o município de Palmas. A Sra. Marleide, Secretária
 285 Municipal de Saúde de Novo Alegre, complementou dizendo que o Sr. Daniel, Secretário
 286 Executivo em Saúde de Palmas, fez uma apresentação pela manhã falando sobre a suspensão

dos atendimentos Oftalmológicos, devido uma complementação que custeava a parte de Anestesia, e gostaria de um esclarecimento por parte do Estado para ver como vai ficar a demanda reprimida. A Sra. Anna Crystinna, Secretária Municipal de Saúde de Palmas, disse que solicitou dois pontos de pauta no início dessa reunião que era sobre o plano da urgência e emergência, que trouxe uma perda considerável de recurso para Palmas com contrapartida para as UPA's, e o segundo ponto de pauta era exatamente sobre esse assunto da suspensão da contrapartida do Estado para subsidiar a realização das cirurgias Oftalmológicas. Disse ainda que essa suspensão implica em 57 municípios, de Palmas, Região de Saúde Amor Perfeito e Região de Saúde Sudeste. Em conversa com o Secretário Carlos Felinto, foi pedido um tempo para o Estado analisar a demanda, até então ficará paralisada na espera da solução. Observou que eram procedimentos pontuais, milhares deles desde 2016. A Sra. Fabiana, Secretária Municipal de Saúde de Peixe, agradeceu a Sra. Anna pela atenção ao seu município e disse feliz pela reunião no dia seguinte para alinhamento. Disse ainda estar satisfeita com a reunião pela manhã e a ordinária da CIB, comunicação dos municípios com o Estado está sendo coesa e resolutiva. Destacou as 300 cirurgias feitas em seu município em menos de um ano por meio do PEICE. Item pactuado pela plenária. **Item 06 - Pactuar e aprovar a Atualização dos critérios de Vaga Zero para o acesso ao Hospital Geral de Palmas (HGP).** Solicitante/Expositor: Natália da Costa Barros Lopes/Médica da Regulação da SES/TO. O Sr. Michael, Médico Regulador, discorreu sobre a atualização do Protocolo de acesso à Porta do Pronto-Socorro do Hospital Geral de Palmas – HGP e o conceito de Vaga Zero, que o recurso “vaga zero”, prerrogativa e responsabilidade exclusiva dos médicos reguladores de urgências. Informou ser um recurso essencial para garantir acesso imediato aos pacientes portadores de doenças de complexidade maior que a capacidade resolutiva local e que estejam com risco de morte ou sofrimento intenso. Nesse caso, o médico regulador deverá, obrigatoriamente, fazer contato telefônico ou presencialmente com o médico que irá receber o paciente no hospital de referência (Unidade de Estabilização I - HGP), detalhando o quadro clínico. O conceito vaga zero deve ser considerado como situação de exceção e não uma prática cotidiana na atenção às urgências. Pacientes que seguem conceito Vaga Zero: AVC na janela, conforme indicação, pacientes com escala de Cincinnati positivo, que estejam com menos de 4,5 horas (quatro horas e meia) com os sintomas. Esse tempo deve ser contado a partir da percepção dos sintomas por alguém ou a partir da última vez que os mesmos foram vistos assintomáticos. Não se encaixam pacientes com critérios de exclusão para trombólise; IAM com supra de ST: paciente com infarto diagnosticado por ECG que demonstre claramente supra desnivelamento do segmento ST em duas derivações contínuas; Trauma grave: trauma agudo (de etiologia potencialmente grave ou semiologia potencialmente grave) em algum compartimento corpóreo (cabeça, tórax ou abdome), ocorrido em paciente que

323 chegou em unidade de saúde há menos de 1 hora, ou que apresente síndrome hemorrágica
324 importante, com visível agravamento clínico observado por profissional médico e que
325 necessite de tratamento definitivo em unidade de saúde de maior nível de resolatividade. O
326 médico informou que a inclusão objeto de pactuação neste momento serão sobre os pacientes
327 nas Unidades de Pronto Atendimento – UPA, graves e que após entubação passam a ser Vaga
328 Zero. Sendo necessária sua imediata transferência ao Hospital. Demonstrou o fluxograma para
329 atendimento para pacientes com demandas Psiquiátricas, classificados com Ideação Suicida,
330 Planejamento Suicida, Intento Suicida e Surto Psicótico, suas queixas e formas. A Sra. Anna
331 Crystina, destacou que a Enfermaria Psiquiátrica do HGP é referência para os demais
332 municípios, entretanto, nesse fluxo tem como primeiro atendimento o CAPS – Estratégia da
333 família, quantos aos demais municípios, se não deveriam ser colocados os Hospitais regionais,
334 questionou a secretária. O Sr. Michael disse que eles irão para os hospitais regionais
335 (referenciados) e irá acrescentar uma coluna para inclusão. O Sr. Israel destacou a fala de
336 Anna e disse que os Regionais que não possuem leitos Psiquiátricos tem problemas até com o
337 manejo do quadro dos pacientes. O Sr. Andreis, respondendo a plenária, disse que Dianópolis
338 a primeira referência é Porto Nacional, que encaminha para o HGP, de Gurupi já vai diretor
339 para o HGP, de Paraíso a referência é o Regional de Paraíso, que encaminha para o HGP. A
340 Sra. Anna Crystina disse que já foi passado na CIB um protocolo, discutido em Grupo
341 Condutor, e questionou se o que foi colocado nesse slide diverge do fluxo anterior. A Sra.
342 Celeste, Diretora da Regulação, disse que esse protocolo é a atualização, só foi incluído a
343 condição do paciente entubado e o de Psiquiatria, discutido com o Grupo Condutor da
344 Urgência e Emergência das Portas de Entrada. O Sr. Rondinelly disse não haver segurança
345 com essa pactuação e aprovação, tendo em vista, o não desfecho do GT, não havendo
346 resultado desse Grupo de trabalho e não Grupo Condutor. Corrigiu o que fala a Sra. Celeste
347 destacou que essa atualização foi passada no GT com reuniões quinzenais com todos os
348 representantes, inclusive do Cosems. O Sr. Rondinelly solicitou o resultado final desse
349 produto para análise, pois não foi encaminhado pelos membros ao Presidente do Cosems. O
350 Sr. Andreis falou ainda da ampliação do conceito Vaga Zero, eles irão ficar sem a devida
351 regulação, pois o paciente psiquiátrico não será considerado Vaga Zero e nem mesmo o
352 entubado na UPA, sem acesso ao HGP. A nossa proposta é de ampliação do acesso do
353 conceito Vaga Zero discutido no GT, sendo o mesmo conceito do plano apresentado em 2022
354 com inclusões para dar um acesso mais rápido. A Sra. Ludmila, Servidora do Município de
355 Palmas, reforçou que esse protocolo já foi aprovado pelo GT e tudo isso é só uma atualização.
356 O Sr. Vânio, Secretário Executivo do Cosems, aproveitou a discussão, destacou uma reunião
357 realizada no dia anterior com a diretoria do Cosems, disse que percebeu que em vários GT's e
358 Câmaras Técnicas que o Cosems se posiciona e acaba que a Secretaria Executiva se perde

sem o devido acompanhamento, pois mais que temos sistemas internos de sistematização das discussões e encaminhamentos, é reportado a esses indicados para que eles nos retroalimentem, no entanto, nem sempre isso acontece. A SES reporta diretamente a esses grupos. Solicitou um encaminhamento para que a SES envie os relatórios das discussões desses grupos também a Secretaria Executiva do Cosems para que possam fazer o devido acompanhamento. O Sr. Rondinelly disse que a representante de Santa Rita não participou e que muitas reuniões do GT não possuem Ata. Se os nossos representantes não repassam os produtos e Atas, é uma falha nossa, mas se não houve participação do Cosems, será necessário fazer a análise. Pediu desculpa por essas incertezas e reafirmou que logo sanadas, aprovarão na reunião extraordinária dos próximos dias. O Sr. Andreis disse que em relação ao item 04, inclusão e aumento da possibilidade do acesso a Vaga Zero, pois tiveram muita dificuldade no ano anterior para chegar nesse conceito, sendo uma ampliação e não inclusão do paciente entubado e psiquiátrico. O Sr. Carlos Felinto pediu que a equipes da SES fizesse os registros de todas as reuniões, bem como as frequências e encaminhamentos. O Sr. Rondinelly pediu a atenção quanto à lista de frequência. A Sra. Luiza Regina colocou em pactuação o item 6. Aprovado pela plenária. **Item 07 - Pactuar e aprovar o Aumento de Recurso para o Teto MAC Ambulatorial do município de Porto Nacional - TO.** Solicitante/Expositor: Cristiane Nunes de Oliveira Aires Amaral/Secretária Municipal de Saúde de Porto Nacional - TO. A Sra. Luiza Regina informou que foi pedido à exclusão desse item por falta do expositor, em virtude de enfermidade. **PONTOS DE PAUTA PARA APRESENTAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.** Item 08 - **Homologar a Resolução CIB/TO Ad Referendum N°. 495, de 29 de setembro de 2023, que Declara homologada a habilitação do Hospital Regional de Araguaína (HRA) e do Hospital Geral de Palmas (HGP) na Estratégia de ampliação do acesso à Reconstrução Mamária em caso de mulheres com diagnóstico de câncer de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme a Portaria GM/MS N°. 127, de 13 de fevereiro de 2023.** Solicitante e Expositor: Diego Segger Ferreira/Diretor de Apoio a Gestão Hospitalar da SES/TO. Item aprovado pela plenária. Item 09 - **Homologar a Resolução CIB/TO Ad Referendum N°. 496, de 03 de outubro de 2023, que dispõe sobre os Remanejamentos de Tetos Físicos e Financeiros da Média e Alta Complexidade (MAC) de municípios do Estado do Tocantins, junto ao Ministério da Saúde, relativo à 11ª Parcela de 2023.** Solicitante: Ranyelle Kelbiane Pedroza Lacerda/ Diretora de Controle e Avaliação. Expositora: Eliana Dias Pereira/Assistente Social. Item aprovado pela plenária. Item 10 - **Homologar a Resolução CIB/TO Ad Referendum N°. 497, de 06 de outubro de 2023, que Aprova Ad Referendum o aumento e incorporação do valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no limite do custeio da Atenção Especializada em Saúde para o Fundo Estadual de**

395 **Saúde do Estado do Tocantins. Solicitante:** Carlos Felinto Júnior/Secretário de Estado da
 396 Saúde (SES-TO). Item aprovado pela plenária. **Item 11 - Homologar a Proposta Nº.**
 397 **11046.759000/1230-13 para Aquisição de Veículo de Ambulância Tipo A – (Simples**
 398 **Remoção tipo pick-up 4x4) para o município de Araguaína – TO, no valor de**
 399 **R\$689.030,00 (seiscentos e oitenta e nove mil e trinta reais), referente à Portaria GM/MS**
 400 **nº 544, de 3 maio de 2023. Solicitante:** Ana Paula dos Santos Andrade/Secretária Municipal
 401 de Saúde de Araguaína – TO. Item aprovado pela plenária. **Item 12 - Homologar a Proposta**
 402 **de Nº. 11046.759000/1230-14 para Aquisição de Equipamentos e Material Permanente**
 403 **para Unidade de Atenção Especializada em Saúde para o município de Araguaína – TO,**
 404 **no valor R\$4.307.126,00 (quatro milhões e trezentos e sete mil e cento e vinte seis reais),**
 405 **referente à Portaria GM/MS nº 544, de 3 maio de 2023. Solicitante:** Ana Paula dos Santos
 406 Andrade/Secretária Municipal de Saúde de Araguaína – TO. Item aprovado pela plenária.
 407 **Item 13 - Homologar a Proposta de Nº. 12292.443000/1230-02 para Aquisição de**
 408 **Equipamentos e Material Permanente para Unidade de Básica de Saúde para o**
 409 **município de Palmeirante – TO, no valor R\$199.992,00 (cento e noventa e nove mil e**
 410 **novecentos e noventa e dois reais), referente à Portaria GM/MS nº 544, de 3 maio de**
 411 **2023. Solicitante:** Matheus Martins Luz/Secretário Municipal de Saúde de Palmeirante – TO.
 412 Item aprovado pela plenária. **PONTOS DE PAUTA PARA INFORMES:** A. **Informes da**
 413 **Secretaria da CIB sobre o Obras nos municípios do Estado do Tocantins:** A.a.
 414 **COLMEIA – TO:** Atestado de Conclusão da Construção da Academia de Saúde –
 415 Modalidade Básica, localizada na Avenida Brasil quadra 114 lote 02 centro no município de
 416 Colmeia – TO. Antes do encerramento da reunião, a Sra. Marleide, Secretária de Saúde de
 417 Novo Alegre disse já ter participado de alguns GT's e que participa de um grupo atual, e
 418 afirmou que o Cosems não consegue participar da forma que é conduzida atualmente, pois as
 419 agendas são marcadas com choque de datas ou de última hora, que hoje, por exemplo, às 16h,
 420 recebi uma mensagem marcando uma reunião para amanhã às 8h, para a validação de
 421 resultados com a Região. Disse ainda que não irá assumir esse compromisso, principalmente
 422 porque leva o nome do Cosems, pois têm que fazer um trabalho de excelência. O Sr. Carlos
 423 Felinto Júnior, Secretário de Estado da Saúde e Presidente da Comissão Intergestores
 424 Bipartite, disse que irá verificar essa situação internamente para conciliação das agendas e
 425 pautas. Agradeceu a presença de todos, encerrou a mesma às dezessete horas e quarenta e seis
 426 minutos, e para constar foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada
 427 pelo Presidente da CIB – TO ou representante e também pelos demais membros desta
 428 Comissão Intergestores Bipartite presentes nesta reunião.
 429 **SES – TO:**
 430 Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Gestão e Acompanhamento Estratégico: 

- 431 Thaís Farias Pereira/Diretora de Assistência Esp. em Reabilitação: 
- 432 Andreis Vicente da Costa/Superintendente de Unidades Hospitalares Próprias: 
- 433 Perciliana J. B. de Carvalho/Superintendente de Vigilância em Saúde: 
- 434 Thalyta Mayane Carvalho Fernandes Braz/Diretora de Atenção Primária: _____
- 435 **COSEMS - TO:**
- 436 Rondinelly da S. e Souza/Secretário Mun. de Saúde de Caseara e Presidente do Cosems: _____
- 437 Marleide B. de Souza/Secretária Mun. de Saúde de Novo Alegre e 3ª Conselheira Fiscal Titular: 
- 438 Anna Crystina M. Brito Bezerra/Secretária Mun. de Saúde de Palmas - TO: _____
- 439 Israel Leite Furtado/Secretário Municipal de Saúde de Dianópolis: 
- 440 Francisco Ronivon A. Silva/Secretário Municipal de Saúde de Araguaçu: 

